

Privatização e internacionalização da economia *Brasil ano p-11*

Elmo de Araújo Camões

Neste momento em que o Brasil passa por nova ordenação em sua economia, e que também se prepara para formular uma nova Carta Constitucional, consideramos muito importante realizar, sob a ótica do plano econômico do Governo — o Novo Novo Cruzado —, algumas reflexões quanto à intervenção estatal e à internacionalização da economia brasileira.

O Plano Bresser, como também é chamado o Novo Cruzado, baseia-se no congelamento geral de preços, salários e aluguéis por um período de até 90 dias, prevê a redução do déficit público e procura redimensionar a produção industrial para a exportação. O plano desenvolvido pela equipe do ministro Bresser Pereira, da Fazenda, encerra uma proposta ortodoxa, que pretende reduzir a inflação de quase 26 por cento em junho para dois ou três por cento em julho e criar condições positivas para que o país retome a negociação de sua dívida externa. Após o congelamento, o plano entra em sua segunda fase, durante a qual os preços e salários serão provavelmente reajustados.

Apesar dos problemas do curto prazo, como a redução da demanda interna e o conseqüente aumento das taxas de desemprego, os técnicos do governo estimam que no início de 1988 o país assuma um padrão de crescimento em torno dos seis por cento e volte ao regime de mercado livre, com novas regras para reajustes de preços e salários.

O Plano Bresser possui a consistência macroeconômica necessária para garantir seu êxito. Contudo, há um ponto de estrangulamento, um ponto crucial para o sucesso de qualquer plano econômico brasileiro: o da redução do déficit público, que hoje é de quase sete por cento do PIB. O presidente Sarney já deu mostras de que a coisa é para valer ao eliminar o subsídio do trigo e adiar projetos como a Ferrovia Norte-Sul. Por outro lado, o plano do Governo abriga uma série de medidas de contenção de despesas públicas que passarão a depender da aprovação do Congresso Nacional. Mas de qualquer forma devemos permanecer atentos, pois cerca de 50 por cento dos gastos públicos referem-se a repasses do Governo federal aos governos estaduais e municipais para obras de interesses políticos e assistenciais.

É necessária uma análise mais profunda do plano de controle macroeconômico, recém-divulgado, mas pode-se concluir, sem medo de erro, que o Novo Cruzado é um plano coerente, consistente e bastante realista. Entendemos, assim, que todos os brasileiros devem atender ao apelo presidencial de contribuir para o sucesso do plano e aceitá-lo como trégua para salvar o país. Mas, em contrapartida, também devemos esperar do Governo um programa mais amplo e flexível no que diz respeito à intervenção estatal e à internacionalização da economia brasileira.

Do ponto de vista interno é importante lembrar, conforme consta do relatório preparado pela Subcomissão do Sistema Financeiro da Assembleia Nacional Constituinte, que "a tradição e cultura na sociedade brasileira parecem contra-indicar soluções que levem à plena intervenção do Estado na área econômica, mesmo porque as economias socialistas centralmente planejadas já estão percorrendo caminho inverso, permitindo o funcionamento de mecanismos de mercado em muitas de suas atividades". Reconhece-se, por outro lado, que a redução ou a limitação da participação do Estado na economia é um caminho seguro para se alcançar o controle do déficit público. E neste sentido a privatização desponta como tendência internacional.

A França, por exemplo, está revendo sua postura histórica a favor da estatização — iniciada no governo de Charles de Gaulle e incrementada no início do governo atual — com a privatização de um número significativo de companhias controladas pelo Estado. Após a estatização em 1982 do grupo industrial Saint-Gobain e do

grupo bancário Paribas, o próprio governo está devolvendo estas empresas à iniciativa privada. Até o final de 1987 estarão privatizadas também a emissora de televisão TF-1, a companhia de seguros AGN, o grupo Havas e a Société Générale, entre outras. A partir do ano que vem, o programa de privatização francês entrará em sua segunda etapa, devendo abranger mais de 65 empresas dos setores bancário, industrial e de serviços.

O pensamento francês, que justifica a redução da participação do Estado na economia, conclui que a privatização difunde o capital e distribui a propriedade entre os cidadãos, associando diretamente a população à expansão industrial e à criação de riquezas e empregos. A estatização, ao contrário, transforma o Estado em único detentor do capital e coloca o contribuinte no papel de supridor de recursos para cobertura dos déficits das empresas.

Mas os benefícios da privatização vão mais longe. Ela é sentida na França como um elemento positivo, ao permitir às empresas descobrirem novos horizontes, por exemplo, com sua participação no mercado de capitais e com a possibilidade de adquirirem outras empresas, além de se libertarem de um sócio, o Estado, que só recebe dividendos e não injeta dinheiro novo para possíveis investimentos.

A participação do capital estrangeiro também foi prevista no processo de privatização francês. Para evitar, contudo, que o controle das empresas privatizadas, algumas de setores estratégicos, passasse para as mãos de estrangeiros, essa participação foi limitada a 20 por cento.

Assim como os franceses encontraram mecanismos para atrair os interesses do capital estrangeiro para financiar parte de seu processo de privatização sem que perdessem sua soberania, o Brasil também precisa descobrir caminhos que possibilitem a internacionalização de sua economia.

O sistema financeiro, face a tantos choques, está com sua estrutura interna comprometida. A estatização demonstrou sua ineficiência recentemente com a intervenção do Governo Federal em instituições financeiras estatais e, assim, a associação com o capital estrangeiro, através da formação de *joint-ventures* amparadas por uma legislação que defenda os interesses do país, é uma alternativa a ser considerada com urgência.

O Brasil precisa mudar a escala e aumentar a eficiência de sua produção industrial e financeira, não só para competir no exterior mas também para fazê-lo aqui com os produtos de origem estrangeira. Mas para isso precisamos realizar elevados investimentos. Precisamos de dinheiro novo. Precisamos de sócios que acreditem em nosso crescimento e que aceitem nossas condições de parceria.

Os credores já sinalizaram positivamente quanto à conversão de parte da dívida externa brasileira em capital de risco. Ainda que poucos e lentos, já demos alguns passos. O quadro atual contempla apenas exames na base "caso a caso" e só inclui a conversão de créditos próprios ou créditos comprados por outra instituição financeira. O prazo para a remessa do principal é de 12 anos e os dividendos podem ser resgatados normalmente. Mas sabe-se que a nível governamental há estudos avançados para ampliar a abrangência da conversão, havendo consenso quanto à constituição de empresas comerciais e industriais; conversão de fundos mútuos no mercado de ações; e constituição de empresas de participações.

A retomada das negociações da nossa dívida externa, como caminho saudável para nosso retorno ao crescimento, é imprescindível. O Plano Bresser está criando condições para isso, merecendo poucas correções. O otimismo deve prevalecer. Devemos dar crédito ao governo e atender ao apelo de participação do presidente Sarney.

Elmo de Araújo Camões é presidente da Associação Brasileira de Bancos Comerciais e presidente do Conselho de Administração do Banco Sogeral.